



Como as prisões ensinam o que é gênero, sexualidade e identidade

Jornal da Universidade / 27 de junho de 2024 / Artigo

Artigo | Guilherme Gomes Ferreira e Raíne da Silva de Brito, do PPG em Educação, discutem os efeitos que leis, normas e práticas do sistema prisional têm sobre pessoas LGBTI+ em privação de liberdade

*Por Guilherme Gomes Ferreira e Raíne da Silva de Brito

*Ilustração: bibistriz / Programa de Extensão Histórias e Práticas Artísticas, DAV-IA/UFRGS

Embora possamos dizer que pessoas LGBTI+ existem nas prisões desde o surgimento dessas instituições, é recente o investimento social sobre esse tema, considerando o que vem sendo produzido desde a década de 1990 no cinema, na literatura, na pesquisa científica e nos poderes executivo, legislativo e judiciário do nosso país.

A primeira obra de que temos notícia, por exemplo, data de 1995, quando é publicado pela Editora Nova Fronteira o livro biográfico *A princesa*, que retrata a narrativa da travesti Fernanda de Albuquerque sobre sua situação de cárcere experienciada na Itália. Depois, ainda nos anos de 1990, são publicados estudos e livros não acadêmicos que tangenciam o assunto, entre eles o nacionalmente conhecido *Estação Carandiru*, de Drauzio Varella, que em 2003 ganha versão para o cinema.

A primeira pesquisa pós-graduada que toma a questão com centralidade, entretanto, é publicada somente em 2013 e nenhum outro período histórico é tão frutífero em pesquisas sobre pessoas LGBTI+ nas prisões do que os anos compreendidos entre 2016 e 2020. Neste intervalo, foram publicadas setenta comunicações científicas — é o que o estado da arte elaborado por nós vem confirmando.

Uma explicação possível é que, em 2014, é publicada a primeira resolução nacional sobre a questão, o que certamente funcionou como motivo para que as ciências sociais e humanas passassem a se deter com mais atenção sobre essa situação (e o próprio conjunto da sociedade, já que, atualmente, mais de cem estabelecimentos penitenciários em todo país possuem alas, galerias ou celas para recolhimento particular de pessoas LGBTI+ e os documentos oficiais chegam às dezenas).

Um estudo que ganhou destaque nesse período por mapear nacionalmente o encarceramento LGBTI+ também se tornou **documentário** e contribuiu para o **primeiro relatório temático** do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, órgão ligado ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Algo que nos interessa observar no conjunto de pesquisas e nos documentos de referência — como, por exemplo, na **Resolução n.º 348/2020** do Conselho Nacional de Justiça — é que as prisões passaram a fabricar, elas também, pedagogias de gênero e sexualidade ao evidenciarem a existência desses sujeitos no interior das penitenciárias.

Em outras palavras, as prisões ensinam, através de diferentes práticas e normas, a forma como gênero, sexualidade e as identidades sexuais e de gênero devem ser constituídas e sentidas no decorrer da privação da liberdade.

Um exemplo disso é a forma como as resoluções federais conceituam o que é uma pessoa LGBTI+. Ao publicarem um conceito sobre essas identidades, é gerada uma limitação sobre quais sujeitos podem acessar determinada política penitenciária destinada a essa população — limites de uma identidade atribuída por outros sujeitos, não necessariamente construída pela própria pessoa presa, ou, por outro lado, limites que precisam ser performados para que uma pessoa possa acessar um direito.

Duas cenas ilustram essa questão: na primeira, um homem, namorado de outro homem em uma cadeia do Mato Grosso, é impedido pelo psicólogo da prisão de acessar a ala para essa população pois, na rua, tinha um matrimônio heterossexual e dois filhos; na segunda cena, travestis de uma penitenciária em Minas Gerais se queixam da violência praticada por homens que não seriam gays, mas que afirmam ser para terem acesso ao espaço mais protegido da galeria LGBTI+, fugindo da violência praticada nas celas de homens presos por crimes sexuais.

Não apenas as estruturas ensinam, como também as pessoas dentro das instituições penitenciárias. Certa vez, foi possível ouvir de uma travesti que ela tinha ganhado o seu nome feminino e o primeiro sutiã dentro da prisão, de colegas de cela. Embora ela já tivesse desejo de se assumir fora da prisão, não se sentia em condições para isso, já que sua família, extremamente conservadora, lhe ameaçava de expulsão.

Se essas pedagogias de gênero e sexualidade podem ser percebidas também no extramuros, é dentro da prisão que elas recebem contornos particularizados através de códigos próprios, como quando uma mulher trans tem o cabelo raspado para “cumprir um castigo” ou uma mulher lésbica é taxativamente tratada no masculino e até disputada como “paizinho” por outras mulheres em uma penitenciária feminina. Nessas cenas, as identidades e as performances de gênero e sexualidade vão se constituindo no “claro-escuro de verdade e engano”, como diria **Karel Kosik** a respeito da pseudoconcreticidade, tão própria do cenário prisional.

Talvez o estudo sobre essa questão nos leve a entender que novas pedagogias devem ser construídas, mais preocupadas em proteger da violência, no interior das prisões, as vulnerabilidades marcadas por gênero e sexualidade, em detrimento daquelas pedagogias centradas na identidade e cujos efeitos normativos podem produzir mais danos do que benefícios.

No mesmo caminho, os resultados e reflexões abordados neste artigo ressoam a necessidade de ampliar o espaço de escuta e acolhimento destes sujeitos sobre os quais falamos, através dos quais construímos concepções teóricas, e nos quais as políticas penitenciárias se debruçam para violar direitos de forma socialmente aceita. Nesse sentido, investigar, nomear e, por óbvio, denunciar, são partes sequenciais de um processo necessário para a mudança social. Não coincidentemente pode-se ler que tais procedimentos também são envoltos de pedagogia.

Guilherme Gomes Ferreira é assistente social, professor do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-graduação em Educação da UFRGS e pesquisador do GEERGE – Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero.

Raíne da Silva de Brito é pedagoga, mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação da UFRGS e pesquisadora do GEERGE – Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero.

“As manifestações expressas neste veículo não representam obrigatoriamente o posicionamento da UFRGS como um todo.”

Posts relacionados



INSTAGRAM

Jornal da Universidade UFRGS @jornaluniversidadeufrgs

Follow

View on Instagram

REALIZAÇÃO

JORNAL DA UNIVERSIDADE

UFRGS SECOM

UFRGS

CONTATO

Jornal da Universidade
Secretaria de Comunicação Social/UFRGS

Av. Paulo Gama, 110 | Reitoria – 8. andar | Câmpus Centro | Bairro Farroupilha | Porto Alegre | Rio Grande do Sul | CEP: 90040-060

(51) 3308.3368

jornal@ufrgs.br